

Resumo

Em 2019, a Secretaria Geral do Ambiente (SGA), designada Operadora do Programa “Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono” em Portugal, lançou o concurso “Sistema de reembolso de depósito para garrafas de bebidas e latas” através do qual foram financiados projetos nestas áreas, sendo a transição para uma Economia Circular (EC) uma das suas principais preocupações.

O objetivo deste trabalho é discutir se os Sistemas de Depósito e Reembolso (SDR) em geral, enquanto instrumentos económicos de mercado para a política ambiental, e os que se apresentaram a concurso, em particular, são os instrumentos mais custo-eficientes para fazer a transição de um sistema económico linear, para um sistema circular. Para a prossecução do objetivo, começou-se por esclarecer os conceitos de Economia Circular e de SDR para, depois, os aplicar na análise da circularidade dos projetos submetidos a concurso. Para o esclarecimento conceptual, fez-se uma revisão da literatura com dois objetivos: o primeiro, para enquadrar historicamente o conceito de EC, definindo-o com o detalhe suficiente de forma a poder usá-lo na análise dos projetos; e, o segundo, para definir os SDR enquanto instrumentos económicos de mercado simultaneamente custo-eficientes e respeitadores dos princípios da circularidade, analisando os tipos de SDR que têm sido aplicados.

Concluiu-se que a literatura aconselha a definição de EC proposta pela fundação Ellen MacArthur e que os SDR são instrumentos custo-eficientes para fechar o ciclo dos fluxos de materiais. De seguida, fez-se a análise qualitativa interpretativa documental dos projetos de SDR propostos a concurso para avaliar o seu grau de circularidade. No final, concluiu-se que: aquilo que hoje se designa como Economia Circular terá as suas raízes nos modelos de fluxos de materiais; que o conceito de EC ainda não está estabilizado; que os Sistemas de Depósito e Reembolso são instrumentos de política ambiental mais custo-eficientes para fechar o ciclo de materiais; que, no curto prazo, os indicadores definidos no âmbito do concurso não serão todos cumpridos; e, por último, que nem todos os projetos vão ao encontro dos princípios da Economia Circular.